

Território Financeiro Mundial: de capital rígido ao flexível

Marcio Fernando Gomes

AGB – São Paulo

Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

prof.marciogomes@gmail.com

Introdução

Neste trabalho procuramos analisar a relação entre indústria e financeiro no contexto das transformações do capitalismo, da mudança da acumulação do capital de rígido ao flexível, a qual revela a afirmação da fase rentista do capitalismo, que privilegia tanto o ritmo de circulação quanto a magnitude espacial do capital. Encaminhamos a reflexão deste território financeiro mundial na Geografia analisando além da produção de conhecimento, o tratamento das práticas didático-pedagógicas deste tema no ensino fundamental e médio.

Neste trabalho abordamos que tanto a produção teórica quanto a prática do ensino deste tema na Geografia privilegia a interpretação econômica, secundada pela histórica e sociológica. No entanto, verifica-se que esta perspectiva econômica ao dar relevo ao ciclo (tempo) de produção e o de circulação em detrimento da magnitude (espaço) unificada do capital contribui para uma análise parcial das condições de reprodução das relações de produção. Ao considerar a análise do território financeiro na perspectiva da relação espaço e tempo, propomos compreender que não somente o tempo é dinheiro, mas o espaço também o é. O ciclo de capital é igual ao tempo de produção mais o tempo de circulação. Este percurso é o tempo de rotação do capital, sugerindo que tempo é dinheiro. Mas a unificação do espaço diminuiu o tempo de rotação do capital e aumentou a rentabilidade, sugerindo que o espaço também é dinheiro. O espaço é dinheiro não somente no sentido da compressão do tempo de rotação do capital, ou seja, pela compressão da intensidade e ritmo da velocidade de rotação do capital, mas também pela magnitude de capital que está contido neste espaço unificado, pois quanto maior a unificação do espaço, maior a possibilidade deste espaço conter relações sociais que transacionam valores.

Nesta interpretação toma relevo não somente as tecnologias informacionais que contribuem para unificar este espaço por meio de uma rede informacional, mas também as tecnologias organizacionais que permitem tecer a trama da rede de relações sociais que dão coesão a este espaço unificado, que têm nos conglomerados financeiros seus agentes mais destacados.

Rudolf Hilferding e Vladimir Lênin, no início do século XX, já anunciavam que a superioridade das finanças na acumulação e reprodução do capital levaria a fase superior do capitalismo, ou seja, o imperialismo. Na metade do século XX, John Maynard Keynes, um dos principais teóricos que inspiraram o acordo de Bretton Woods, prevendo as implicações oriundas da superacumulação do financeiro sugeriu na sua teoria geral a eutanásia das finanças. Superioridade financeira que na atualidade se expressa e identifica-se na supremacia da mundialização financeira, a qual François Chesnais analisa com muita propriedade.

Acreditamos que a análise da realidade financeira atual deve ser desvelada considerando as condições e meios da unificação das indústrias e os bancos no seu contexto histórico. Nesse sentido, ao analisar esta realidade estamos contribuindo para trazer ao debate o que é essencial para a mudança do padrão de acumulação do capital na atualidade.

A relação entre indústria e banco se processou de maneira muito particular dentre os países de industrialização antiga e os de industrialização tardia. A essência é que para a reprodução do capital industrial fez-se necessário à imbricação com o capital bancário. Isso resultou no capital financeiro, que ora fora controlado pelo Estado, ora pelo mercado. No caso do controle do Estado, fora orientado no sentido da promoção da produção, no caso do controle do mercado, fora orientado no sentido da promoção da especulação.

Nesta perspectiva, a análise da junção do capital industrial com o capital bancário formando o capital financeiro nessa fase em que se encontra o capitalismo é essencial para compreender a acumulação e a reprodução do capital, o qual cada vez mais está descolado de uma conversão em bens materiais. Na gênese do sistema financeiro na Europa e nos EUA a reprodução do capital industrial dependia cada vez mais do crédito do capital monetário ocioso e disperso socialmente para viabilizar o capital constante e variável das indústrias. Desse modo, a ampliação dessa relação entre o capital industrial e o capital bancário contribuiu

para transformação jurídica das empresas. Isso fez com que as empresas passassem de capital individual para capital social, constituindo-se em sociedades anônimas. O produto disto foi à criação do mercado de títulos de propriedade industrial, ou seja, ações, as quais passaram a serem comercializadas em bolsas de valores. No entanto, da gênese à atualidade do sistema financeiro, os produtos e agentes financeiros se diversificaram muito, igualmente o volume de ativos financeiros ampliaram-se sobremaneira. As transformações ocorridas nos últimos trinta e cinco anos no sentido da mudança do padrão de acumulação do capital de rígido para flexível, acelerada pelos processos de liberalização e desregulamentação dos mercados que estavam regulados com os acordos de Bretton Woods, contribuíram significativamente para o deslocamento do mercado financeiro da economia real. O resultado disto se manifesta na criação de novos produtos e agentes financeiros: dentre os produtos destacam-se o comércio de moedas (câmbio) e os derivativos; dentre os agentes destacam-se os fundos de pensões e mútuos. Verificamos, também, que neste período houve um gigantesco crescimento do volume de ativos financeiros que não podem ser lastreados na economia real. Isto está no cerne da atual crise de confiança que ocorre no centro do território financeiro mundial. E o restabelecimento desta confiança está estreitamente ligado a uma nova regulamentação do mercado financeiro mundial, que perpassa não somente por acordos que contemplem o ciclo (tempo) de rotação do capital, mas, também, a magnitude (espaço) unificada do capital.

Desse modo, este trabalho procura desenvolver o caminho da produção teórica à prática didático-pedagógica do território financeiro mundial, que afirma a fase rentista do capitalismo, no campo disciplinar da Geografia.

Proposta de Interpretação do Financeiro na Geografia

Neste trabalho procuramos compreender a questão central que permeia a contemporaneidade, tanto em relação à transgressão do movimento espiral de reprodução do capital, o qual o transforma cada vez mais em capital especulativo, quanto em relação à nova base do território dos conglomerados financeiros, a qual o faz transitar cada vez mais por um território mundial. Em outras palavras, objetivamos contribuir para verificar e revelar, por meio da análise da relação espaço e tempo, a reprodução do capital financeiro mundial, particularmente dos conglomerados financeiros no Brasil, e sua afirmação como capital especulativo, porque apesar da reprodução do capital financeiro torná-lo cada vez mais especulativo, símbolos de valores, ou mesmo expressões materiais e imateriais, simultaneamente e contraditoriamente imbricados e descolados do movimento espiral de reprodução do capital produtivo e dos fundos públicos do Estado nas suas diversas instituições de governo, este capital especulativo é condição, meio e produto de uma nova relação espaço e tempo.

Nesta realidade de reprodução do capital financeiro e sua afirmação como capital especulativo acreditamos que uma das *condições* essenciais são os processos simultâneos de concentração e centralização de capital que respondem a transição do regime de acumulação taylorista-fordista para o regime de acumulação flexível. Os *meios* que se impuseram e se tornaram o diferencial das estratégias e das políticas de poder financeiro neste processo estão no âmago da difusão informacional que responde a reestruturação informacional e do esquema relacional de poder que responde à reestruturação organizacional. Essas condições e esses meios estabelecem dialeticamente as estratégias e ações entre o poder das instituições financeiras, das pessoas físicas, das pessoas jurídicas, do Estado nas suas diversas instâncias de governo, além da própria dinâmica dos territórios. Acreditamos que o *produto* desta realidade de reprodução do capital financeiro e sua afirmação como capital especulativo seja um território nacional de alcance internacional dos conglomerados financeiros no final do século XX e início do século XXI num contexto de mundialização financeira, que produz um território mundial de conglomerados financeiros, que por sua vez são os motores centrais da formação sócio-espacial mundial.

Pensamos que uma das pistas que revela o fato dos aspectos financeiros da organização capitalista e do papel do crédito mostrarem alguma coisa peculiar em oposição ao capitalismo de sempre é a constituição da sua dinâmica interna, que surge muito mais flexível e imprevisível que anteriormente. Além do mais a verificação se há ou não uma estabilidade média do atual regime de acumulação deve ser analisada no interior da nova forma de governar e da constituição do atual regime de acumulação flexível, no qual tomam revelado a relação espaço e tempo e a financeirização das relações negociadas mundialmente, que sua vez ocupam o primeiro plano neste processo de governança e constituição do atual regime de acumulação flexível. Isso vem corroborar para justificar a relevância de estudar e pesquisar os aspectos financeiros como insurgência peculiar em oposição ao capitalismo de sempre, ou mesmo para contribuir para a teoria da crise e da reestruturação sócio-espacial surgida no seio da mudança de um regime de acumulação rígido para um regime acumulação mais flexível.

Com relação a esta teoria da crise e da reestruturação sócio-espacial, de que as mudanças no regime de acumulação, ocorridas a partir da década de 1970, surgem das novas tendências da crise do taylorismo-fordismo e são responsáveis pela reorganização das estruturas espaciais urbanas e das relações entre as cidades no sistema urbano, já nos anos 80, juntamente com David Harvey¹, destacam-se nesta mesma perspectiva de análise enfatizando a flexibilização, Leborgne e Lipietz²; destacando a alta tecnologia, Castells³ e ressaltando a nova divisão internacional do trabalho Smith e Feagin⁴. Em geral estes analistas destacam como responsáveis pela crise do fordismo e pela reestruturação sócio-espacial: a desindustrialização; a crise global do capital, a internacionalização do capital e da produção por meio das multinacionais, na perspectiva de busca por mão-de-obra mais barata, configurando para alguns uma nova divisão internacional do trabalho; a alta tecnologia e a reorganização das forças produtivas, em conformidade com uma “nova” etapa do capital; novas relações de produção, compondo a desintegração vertical e a intensificação do capital em unidades produtivas; um novo regime de acumulação de capital denominado “flexível”, que vem substituindo o regime fordista de produção e consumo de massa. Contrapondo em parte a todos estes analistas temos o posicionamento de Mark Gottdiener⁵, sustentando a posição que, embora as mudanças provocadas pela crise mereçam um destaque na produção do espaço, as novas formas espaciais, considerando o caso dos EUA, são produtos de fatores que vêm operando há mais tempo e são o resultado da articulação contingente de seis causas distintas, sendo elas: racismo, tecnologia e conhecimento como forças produtivas, intervenção estatal, reorganização e diferenciação empresarial, busca de fontes de mão-de-obra e os efeitos do segundo circuito do capital (vínculo entre o setor imobiliário e bancário). Mark Gottdiener sugere “que os teóricos do pós-fordismo superestimam o impacto da alta tecnologia sobre a indústria, em geral, e sobre a organização sócio-espacial, em particular”⁶. No entanto, temos a certeza de uma coisa, que independentemente de relativizarmos os fatores que produziram a reestruturação sócio-espacial e mesmo a crise do fordismo, os conglomerados financeiros internacionais se constituem com uma dinâmica mais flexível e são os mediadores das relações negociadas mundialmente verificadas com maior intensidade e com maior complexidade, sobretudo, a partir dos anos de 1970.

Igualmente a François Chesnais⁷, acreditamos que o capital especulativo fica mais evidenciado a partir dos seguintes destaques: formação do mercado de títulos referenciados em contas públicas, com destaque aos papéis dos Estados Unidos e a internacionalização dos bancos americanos; desagregação e liquidação do sistema de Bretton Woods (1966-1971); transformação dos câmbios fixos em câmbios flexíveis, com a evolução do mercado de câmbio; expansão acelerada do mercado de eurodólares, reciclagem dos petrodólares, empréstimos bancários tomados em consórcios, com destaque ao endividamento do terceiro mundo; surgimento e crescimento acelerado de mercados derivativos (futuros e opções) sobre moedas e taxas de juros; monetarismo nos EUA e Reino Unido; liberalização dos movimentos de capitais; securitização da dívida pública; expansão dos mercados de bônus, fundos de pensão e fundos mútuos; abertura e desregulamentação dos mercados de ações.

A mundialização da economia dialeticamente ao produzir a necessidade de ampliação dos mecanismos financeiros, pois aumentou o fluxo de caixa nomeadas em diferentes moedas, criou a necessidade de proteção

¹ HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5 ed., São Paulo: Loyola, 1992.

² LEBORGNE, D. & LIPIETZ, A. “News technologies, new modes of regulation: Some spatial implications”. Paris, Cepremap, working paper, 1987. Sobre o assunto ver também: LIPIETZ, A. e LEBORGNE, D., “O pós-fordismo e seu espaço”. Trad. Regina Sílvia Pacheco, IN: *Espaço & Debate* 25. *Reestruturação: econômica e território. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano VIII, 1988, p. 16.

³ CASTELLS, M. “High technology, economic restructuring and the urban-regional process in the United States”. In CASTELLS, M. (ed.) *High technology, space and society*. Beverly Hills, CA, Sage, 1985.

⁴ FEAGIN, J. & SMITH, M. “Cities and the new international division of labor”. In SMITH, M. & FEAGIN, J. (eds.) *The capitalist city*. Oxford, Basil Blackwell, 1987.

⁵ GOTTDIENER, M. “A Teoria da Crise e a Reestruturação Sócio-Espacial: o Caso dos Estados Unidos. In VALADARES, L. e PRETECEILLE, E. (coord.) *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1991, p. 59-78.

⁶ GOTTDIENER, M. “A Teoria da Crise e a Reestruturação Sócio-Espacial: o Caso dos Estados Unidos. In VALADARES, L. e PRETECEILLE, E. (coord.) *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1991, p. 70.

⁷ CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital* São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos* São Paulo: Xamã, 1998.

contra os riscos políticos e cambiais que naturalmente emergem das transações financeiras internacionais. Recentemente tornou-se tradição no Brasil produzir estudos e pesquisas que compreendam as finanças, seja abordando teorias, conceitos, instrumentos ou instituições. Tratando-se da Geografia a produção de estudos e pesquisas sobre esta temática bancária-financeira ainda é escassa. O acesso dos brasileiros a essa literatura em particular origina-se de obras produzidas por autores norte-americanos. No entanto, grande parte do conteúdo teórico ou prático contidos nessa literatura não se aplica à realidade brasileira em razão da particularidade econômica, do mercado e das instituições que compõem o Sistema Financeiro no Brasil. Nesse particular, destacamos a instabilidade econômica expressa na turbulência dos índices de inflação, que contribuiu para o surgimento de diversas contabilidades e demonstrativos financeiros múltiplos. Assim, torna-se cada vez mais urgente à produção de pesquisa e de conhecimento sobre essa abordagem da realidade brasileira. No que diz respeito à Geografia ao estudarmos e pesquisarmos esta temática bancária-financeira por meio de uma análise que contemple a relação espaço e tempo estaremos contribuindo para compreender essa complexa e nova base territorial informacional e o esquema relacional de poder que estão imbricados a esta realidade da territorialidade e territorialização do território dos conglomerados financeiros na contemporaneidade.

As formas e conteúdos do esquema relacional de poder do capital financeiro tomam relevância no contexto da transição do regime de acumulação taylorista-fordista para o regime de acumulação flexível, afetando “diretamente a vida de todas as pessoas e todas as organizações, financeiras ou não financeiras, privadas ou públicas, grandes ou pequenas, com ou sem fins lucrativos”⁸. As instituições financeiras são intermediárias que canalizam as poupanças de indivíduos, empresas e governos para empréstimos ou investimentos. As principais instituições financeiras são os bancos comerciais, os bancos de poupança, as associações de poupança e empréstimos, cooperativas de créditos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos mútuos e agências de classificação de riscos dentre muitas outras. Nesta perspectiva procuramos dar ao estudo e a pesquisa desta temática bancária-financeira um encaminhamento de pesquisa que revele, por meio da Geografia, mas não somente nos limites desta disciplina, a complexidade da realidade que está envolvida as formas e os conteúdos dos conglomerados financeiros, particularmente os do Brasil.

Neste trabalho procuramos formular e precisar melhor os principais conceitos⁹ que compuseram a pesquisa, apresentar o encaminhamento da pesquisa, as questões metodológicas e conceituais. Apenas o fato de conceituar termos de uso comum já torna um exercício fundamental de pesquisa e teoria, mas com esta discussão buscamos irmos além, torná-los um encaminhamento de pesquisa. Concordando com David Harvey¹⁰ que os conceitos são também produtos das diferentes práticas humanas, as quais sendo consideradas pelo pesquisador contribuem para estabelecer diferentes conceitos. Os conceitos formulados neste trabalho não são apenas fruto de uma abstração intelectual com uma formulação e precisão teórica diferindo dos termos de uso comum, são caminhos para revelar a complexidade da realidade pesquisada. O encaminhamento para revelar a complexidade dos conglomerados financeiros por meio do conceito território não se revela com exclusividade, mas acreditamos que por meio deste conceito temos um ângulo específico com que a realidade é analisada, ângulo que confere à Geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais.

A nossa acepção a ser apresentada sobre o conceito-chave território, entendido como um encaminhamento de pesquisa, procura incorporar conteúdos das diversas acepções de espaços verificadas por meio da história do pensamento geográfico, mas pensamos que há uma proximidade conceitual ao espaço entendido como social, referenciado na corrente da Geografia Crítica, pois o nosso entendimento de território também assenta no materialismo histórico e dialético, onde procura exercer o entendimento por meio da compreensão de um movimento em espiral que revele o processo de constituição, no nosso caso, do território dos conglomerados financeiros.

Nossa posição é que o território constitui-se de uma apropriação social de um espaço ao longo do tempo, ou seja, numa duração, por meio do uso do espaço e do poder que os usuários exercem sobre ele, este espaço entendido como dimensões, que incorporam o conjunto das estratégias, práticas e das relações sócio-espaciais numa contigüidade espacial, ou pulverizado, constituindo uma não contigüidade espacial, que se produz e

⁸ GITMAN, L. J. *Princípios de Administração Financeira*, 7ª ed., São Paulo: Ed. HARBRA Ltda., 1997, p. 4.

⁹ Creditamos respectivamente os significados filosóficos: termo, expressão verbal de um conceito; noção, conhecimento, idéia; conceito, representação dum objeto pelo pensamento, por meio de suas características gerais, ou mesmo ação de formular uma idéia por meio de palavras, definição, caracterização, concepção; categoria, segundo Aristóteles predicado de uma proposição, segundo Kant o conjunto dos conceitos fundamentais do entendimento.

¹⁰ HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1980.

reproduz ao longo do tempo, compondo uma globalidade, a qual compreende por isto diferentes e superpostos usos e poderes, que são legitimados, ou que pretendem serem legitimados por comunidades política autônomas, constituídas de diferentes agentes sociais, que quando se relacionam ora convergem ou divergem, ora incluem ou separam.

Na perspectiva de expressarmos a nossa compreensão aos conceitos derivativos do conceito-chave território nosso objetivo é contribuir para uma construção de uma acepção dos conceitos territorialização e territorialidade. Ao incorporar o conceito de territorialidade na nossa pesquisa, pensamos a diferença entre este conceito e o de territorialização. Acreditamos que os conceitos territorialidade e territorialização têm em comum uma dimensão espacial referente às estratégias, às práticas e às relações sociais que acabam tecendo um produto. No entanto, eles diferenciam e se complementam. A *territorialização* estaria vinculada ao *processo* de apropriação social, por meio das estratégias e das ações dos agentes sociais em suas relações sócio-espaciais, seja o Estado, grupos sociais ou empresas, no uso do espaço e no estabelecimento do poder sobre este espaço, enquanto que a *territorialidade*, se relacionaria às *expressões materiais e imateriais* deste uso e do estabelecimento do poder, potencializado não como objeto, mas sim como *dimensão*. A territorialidade acaba por configurar as estratégias, as práticas e as relações de uso e de poder que estão imbricadas e entrelaçadas nas dimensões sociais, políticas, econômicas e financeiras verificadas numa dimensão espacial e temporal, ou seja, as expressões materiais e imateriais que configuram as estratégias, as práticas e as relações de uso e de poder compreendidas no espaço e no tempo.

No caso específico da nossa pesquisa sobre os conglomerados financeiros as expressões materiais, mas, sobretudo as expressões imateriais que compõem a territorialidade em grande parte são constituídas pela conexão de pontos, e a grande questão é se poderíamos falar em territorialidade neste caso. Isto é um embate das escalas espaciais da realidade que nós com a pesquisa levamos em consideração e procuramos uma compreensão argumentativa. Mas acreditamos que se consideramos, como apontamos acima, que a territorialidade são expressões materiais e imateriais do processo de apropriação social de um espaço, essa interpretação credencia o entendimento de que a territorialidade pode ser constituída numa realidade imbricada numa contigüidade espacial, como, também, por uma realidade imbricada a conexão de pontos expressos numa não contigüidade espacial e, neste último caso, nem por isto deixariam de ser uma territorialidade, pois as expressões permitem credenciar a realidade como territorialidade, de maneira pulverizada por pontos numa não contigüidade espacial, que ora convergem ou divergem, ora incluem ou separam.

A territorialidade dos conglomerados financeiros no final do século XX e início do século XXI são expressões materiais ou imateriais. No primeiro caso, são expressões materiais do processo de apropriação social de um espaço, ou seja, do uso do espaço e do poder sobre o espaço, de maneira a se constituir como objetos fixos, podendo ser expressos numa perspectiva de uma contigüidade espacial ou de uma não contigüidade espacial. No segundo caso, são expressões imateriais do processo de apropriação social de um espaço, ou seja, do uso do espaço e do poder sobre o espaço, de maneira a se constituir como fluxos de informações, para que diversos agentes sociais possam se interagir, como exemplo o estabelecimento de normas numa rede imaterial expressas numa não contigüidade espacial. Essas expressões materiais e imateriais constituem os usos e as relações do poder do capital das empresas, numa dimensão política das próprias empresas e destas com os usos e as relações do poder público dos Estados e do poder social dos clientes, numa correlação com a dinâmica dos territórios envolvidos, sejam esses usos e essas relações de poder regulares ou não, sejam de cooperação ou de concorrência.

No contexto do território financeiro mundial entendemos que o conceito de rede surge de maneira dual, por um lado, como rede técnica; por outro lado, como rede de relações sociais. As redes técnicas estariam associadas às tecnologias informacionais e as redes de relações sociais estariam associadas às tecnologias organizacionais. Pensamos as redes não somente como técnicas, expressas em nós (fixos) e linhas (fluxos), mas sim imbricadas com as relações sociais. Neste caso pensamos as redes como esquema ou trama, estabelecendo funções e conteúdos simbólicos e expressivos. As redes de relações sociais não compreendem só uma forma de mobilização, compreendem também uma estratégia de organização e de ação, desse modo sua definição está imbricada as tecnologias organizacionais.

Com relação às tecnologias organizacionais e às tecnologias informacionais nós entendemos que exista uma diferenciação entre elas, pois as tecnologias organizacionais compreenderiam a estratégia e concepção, ou seja, seria a lógica que permitiria aos conglomerados financeiros usar o espaço e ter poder sobre ele, tornando-o o seu território, intermediando e apropriando dos recursos da atividade econômica deste território. Essas tecnologias organizacionais compreenderiam então as funções e os conteúdos simbólicos e expressivos das tecnologias informacionais, que por sua vez se constituiriam como suportes e formas materiais e

imateriais das redes técnicas informacionais. Mas como apontamos acima, as redes técnicas informacionais estão imbricadas as redes de relações sociais, pois as redes técnicas ao potencializar as relações de poder acabam mostrando que não são somente suporte e forma material e imaterial, mas, também, conteúdo das redes de relações sociais. A junção dessas duas tecnologias permitiria o uso do espaço, a integração, a regulação e o poder sobre dados, informações e valores que são intermediados e apropriados sobre este referencial territorial. Essas tecnologias seriam forma, função e conteúdo que permitiriam a territorialização e a territorialidade dos conglomerados financeiros.

Deste modo, a territorialidade é alcançada também por uma constelação de pontos conectados, expressos sob a forma de uma rede material e de uma rede imaterial, de uma rede técnica e de uma rede de relações sociais. E o impressionante disto é que apesar de a Terra parecer de dimensão territorial tão grande, a territorialidade dos conglomerados financeiros constitui-se em poucos pontos espalhados pela Terra. Mas isto não isenta aos conglomerados financeiros, de que ao usarem o espaço e terem poder sobre ele, mesmo que pontual, se constituem tão avassaladores e capazes de atingirem a Terra toda. Na medida em que as intermediações financeiras tornaram-se imperativas, as ordens e as normas podem sair do território do comando e repercutir por meio das redes instantaneamente sobre o território dos comandados. Em outras palavras, o comando dos conglomerados financeiros está em poucos pontos, mas os comandados estão distribuídos por toda parte. Isso revela que basta as estratégias e as ações do comando para que altas somas de capital saltem de um território para o outro em questões de segundos. Nisso a questão que se coloca é a da possibilidade que essas redes técnicas e redes de relações sociais criaram para o deslocamento de capital em velocidades muito grandes e, conseqüentemente, da possibilidade do desenvolvimento e do crescimento econômico da humanidade estar no comando de poucos. Poucos são os que tem acesso a este “cassino global”. Manuel Castells diz a esse respeito que: “Nesse cassino global eletrônico, capitais específicos elevam-se ou diminuem drasticamente, definindo o destino de empresas, poupanças familiares, moedas nacionais e economias regionais. O resultado na rede é zero: os perdedores pagam pelos ganhadores. Mas os ganhadores e os perdedores vão mudando a cada ano, a cada mês, a cada dia, a cada segundo e permeiam o mundo das empresas, empregos, salários, impostos e serviços públicos”¹¹.

Indústria e Financeiro

O aspecto econômico mais importante do crescimento das empresas é a “liberação do capitalismo industrial de sua função de empresário industrial”. Essa transformação tem várias conseqüências. Uma delas é o surgimento do “lucro de lançador”, que resulta da possibilidade de venda de ações em uma recém-formada sociedade anônima acima do valor do capital já investido na empresa, quando o rendimento sobre esse capital se apresenta mais alto que a taxa de juros corrente dos investimentos. O lucro do lançador de ações não é somente um incentivo à formação de sociedades anônimas, como também uma fonte de riqueza considerável que se torna disponível para outro investimento. Em ambos os casos, ela estimula a centralização do capital, o crescimento de empresas gigantescas, eventualmente de cartéis e de trustes que controlam ramos industriais inteiros.

A essência da tecnologia organizacional e do esquema relacional de poder que hoje creditamos ser central para a reprodução do capital financeiro pode ser observada na obra de Rudolf Hilferding quando ele fala sobre as ligações pessoais. “Hilferding poderia certamente afirmar, e com razão, que sua análise das tendências do capitalismo moderno foi consideravelmente além dos breves comentários do próprio Marx sobre as sociedades anônimas, tratando os dividendos e o lucro do lançador de ações como categorias econômicas distintas e desenvolvendo de forma mais exaustiva o significado da separação existente entre a propriedade e o controle da produção, o que permite a um número pequeno de pessoas adquirir o controle sobre um grande número de companhias e estabelecer ligações pessoais que facilitam, depois, a formação de cartéis e de trustes”¹².

Hoje passados quase cem anos da publicação da tese de Hilferding e, analisando o conglomerados financeiros mundiais verificamos como a genialidade de Hilferding anteviu os desdobramentos do processo de acumulação do capital, na sua imbricação entre o capital bancário e o capital industrial e, conseqüentemente, a formação do capital financeiro. Hoje não somente é inegável que a origem do capital financeiro esteve na

¹¹ CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Tradução: Roneide Venâncio Majer, v. 1, 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 500.

¹² BOTTMORE, Tom *Introdução do O Capital Financeiro* de Rudolf Hilferding, São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 14.

imbricação entre o capital bancário e o capital industrial, como também que a sua reprodução esteve e está estreitamente relacionada com as “ligações pessoais que facilitam, depois, a formação de cartéis e de trustes”. É lógico que com o desenvolvimento do capitalismo as “ligações pessoais” e as relações sociais tornaram-se muito mais complexas, e hoje não são mais tão pessoais assim, mas estão estreitamente amparadas por uma tecnologia organizacional e um esquema relacional de poder que procuram estabelecer além de um controle, o suporte moderno que dá apoio às relações sociais estabelecidas por estes conglomerados financeiros nas mais diferentes esferas sociais que se relacionam. Hoje os conglomerados financeiros estão não somente imbricados a indústria, mas ao capital advindo dos fundos públicos. Verifica-se atualmente a estreita relação e, na maioria dos casos de dependência, entre capital financeiro e Estado.

No contexto da perspectiva de criação de uma nova regulação para circulação do capital internacional e de uma solução para a crise financeira mundial da primeira metade do século XX, John Maynard Keynes, um dos principais teóricos que inspiraram o acordo de Bretton Woods, prevendo as implicações oriundas da superacumulação do financeiro, sugeriu na sua teoria geral a eutanásia das finanças e a maior intervenção do Estado na economia. Entretanto, suas sugestões para solução da crise foram parcialmente atendidas. No período entre 1945 até o início dos anos 70, que vai do fim da Segunda Guerra Mundial, o qual entrou em vigor as novas regras do Sistema de Bretton Woods, talvez tenha dado a aparência de um declínio do poder do capital financeiro, sobretudo na Europa Ocidental, devido à nacionalização de muitos bancos nos países europeus e ao grande crescimento do papel do Estado na promoção e no financiamento do desenvolvimento industrial. Eduard Märs compartilha desta tese. Entretanto, se consideramos o processo de formação do capital financeiro como um todo, verificaremos que foi apenas um período de aparente declínio, pois logo após o fim do Sistema de Bretton Woods, no início dos anos 70, e do surgimento de diversas mudanças no desenvolvimento do capitalismo, o poder do capital financeiro demonstra-se muito forte, o que tornou muitos investimentos de Estados dependentes do capital financeiro. Michael Barratt Brown observa que “o papel do banqueiro é, atualmente, mais o de uma sociedade com os diretores financeiros de companhias gigantescas; os próprios banqueiros tornaram-se mais importantes como intermediários entre as companhias e o Estado. O que os grupos financeiros faziam antes para coordenar os movimentos do capital privado em um mercado que de outra forma seria anárquico, os banqueiros fazem hoje para coordenar a alocação dos fundos do Estado, o comércio internacional e o investimento, os quais, caso contrário, permaneceriam não-planejados”¹³. Conforme Tom Bottomore, nesta interpretação, por mais que o próprio poder do Estado intervencionista tenha crescido, esse Estado tem de lidar ainda com outros poderes – especialmente com as empresas multinacionais e com os banqueiros internacionais, estreitamente associados entre si – e a influência do capital financeiro continua longe de ser desprezível.¹⁴

Como podemos observar Rudolf Hilferding nos deixou uma importante contribuição para a interpretação, por meio de uma teoria marxista do valor, do desenvolvimento capitalista na sua manifestação da imbricação do capital bancário com o capital industrial na formação do capital financeiro. Por meio deste trabalho pudemos compreender a dinâmica econômica que envolve esta realidade, mas também pudemos avançar nas idéias e compreender a relevância dos aspectos territoriais e tecnológicos sobre esta realidade financeira.

O centro da formação do capital financeiro se assenta na imbricação do capital bancário com o capital industrial. Por um lado, a transformação do capital bancário em capital financeiro se situa e, de maneira geral é mais interpretada dentre muitos pensadores, pela imbricação do capital bancário com o capital industrial. Acreditamos que isso é válido, sobretudo, num primeiro momento desta transformação. No entanto, por outro lado, com o desenvolvimento da reprodução das práticas financeiras é relevante considerarmos que há uma transgressão do capital que se situa pela transformação do banco comercial em banco de sociedade anônima, sendo que no primeiro caso a propriedade do capital é cativa ao proprietário individual; no segundo caso, a propriedade do capital é livre, pulverizada entre muitos proprietários individuais. A partir desse momento em que o capital torna-se pulverizado entre muitos proprietários individuais é concentrado sob a denominação de uma sociedade anônima, esta por sua vez para reproduzir a acumulação do capital passa a pulverizar o capital gerado pela rentabilidade para outros investimentos de diversas empresas de diferentes ramos empresariais, deixando de atuar somente com empresas bancárias e passando a atuar com empresas financeiras, tornando-se assim um conglomerado financeiro. Nesta perspectiva, a busca incessante por esta reprodução da acumulação do capital faz com que este conglomerado financeiro não precisa mais necessariamente investir com cem por

¹³ BROWN, Michael Barratt. *After imperialism*. Préfacio à segunda edição, p. XXX *apud* BOTTMORE, Tom *Introdução do O Capital Financeiro* de Rudolf Hilferding, São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 15.

¹⁴ BOTTMORE, Tom *Introdução do O Capital Financeiro* de Rudolf Hilferding, São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 15.

cento do capital da empresa, basta adquirir uma porcentagem de ações de diversas empresas de diferentes ramos empresariais bancários e não bancários. Isto lhe permite uma diversificação da rentabilidade nos diversos ramos empresariais, diminuindo assim o prejuízo advindo de um único investimento e, aumentando muito a rentabilidade advinda do capital diversificado entre diversos investimentos realizados pelo conglomerado financeiro. Mas para obter esta rentabilidade dispersa entre diversas empresas de diferentes ramos empresariais, no contexto do processo de reprodução da acumulação do capital, os conglomerados financeiros necessitam e desenvolvem uma complexa organização empresarial. Num primeiro momento, uma organização com uma territorialidade nacional de alcance internacional e, num segundo momento, uma organização com uma territorialidade de alcance mundial.

Espaço é Dinheiro

Defendemos a tese de que a o espaço também é dinheiro, pois a unificação do espaço foi fundamental para o aumento das relações sociais que transacionam valores e a compensação dos meios de pagamentos. A tecnologia informacional unificou os lugares e possibilitou o aumento das relações sociais que transacionam valores, ou seja, o aumento da magnitude de meios de pagamentos e suas correspondentes compensações e o ampliou a intensidade de rotação das transações de valores. Isso teve como resultado à redução do papel moeda como meio de pagamento. Quanto maior a concentração de relações sociais que transacionam valores, ou seja, realizam pagamentos, menor o volume de meios de pagamento em circulação, ou seja, papel moeda em espécie. As tecnologias informacionais possibilitaram à unificação do espaço, conseqüentemente a ampliação do espaço social. Este espaço social por sua vez contendo maior magnitude de relações sociais que transacionam valores, criou a necessidade de compensações, ou seja, de instituições e métodos especializados de compensação. Estas instituições e métodos estão na origem das tecnologias organizacionais, que dão maior racionalidade e que se tornaram cada vez mais eficazes e centrais para a realização dos meios de pagamentos. Por um lado, a tecnologia informacional unificou os lugares. Isso permitiu aumentar as relações sociais que transacionam valores e aumentar a quantidade de pagamentos e suas correspondentes compensações. O resultado disto foi à redução da quantidade de dinheiro como meio de pagamento. Quanto maior a concentração de pagamentos, menor o volume de meios de pagamentos em circulação, ou seja, dinheiro. Por outro lado, a tecnologia organizacional qualificou as compensações dos meios de pagamentos. Quanto maior o espaço maior as relações sociais que transacionam valores e, conseqüente, maior a necessidade de compensação dos meios de pagamentos. Isso resultou no desenvolvimento de instituições especializadas em métodos de compensação, exigindo a incorporação de tecnologias organizacionais. Estas tecnologias organizacionais tornaram-se mais eficazes e centrais no momento atual.

Não somente o tempo é dinheiro, mas espaço também é dinheiro. O ciclo de capital é igual ao tempo de produção mais o tempo de circulação. Este percurso é o tempo de rotação do capital, sugerindo que tempo é dinheiro. Mas a unificação do espaço diminuiu o tempo de rotação do capital e aumentou a rentabilidade, sugerindo que o espaço também é dinheiro. O espaço é dinheiro não somente no sentido da compressão do tempo de rotação do capital, ou seja, pela compressão da intensidade e ritmo da velocidade de rotação do capital, mas da também pela magnitude de capital que está contido neste espaço unificado, pois quanto maior a unificação do espaço, maior a possibilidade deste espaço conter relações sociais que transacionam valores.

No final do século XX e início do século XXI, a mundialização de mercado, especificamente com a mundialização financeira, é também a manifestação da unificação dos espaços por meio de tecnologias informacionais e tecnologias organizacionais numa dimensão mundial. Ela esta intrinsecamente ligada a complexificação dos conglomerados financeiros. A mundialização é uma exigência da reprodução do capital. Ela permitiu a ampliação da captação do capital produtivo ocioso e seu empréstimo para outras atividades produtivas. A mundialização permitiu a difusão territorial das instituições financeiras e suas respectivas tecnologias informacionais e organizacionais para ampliar a intermediação mundial de maneira mais eficaz, maior ritmo de velocidade e com maior magnitude de relações sociais que transacionam valores. O tempo é dinheiro na perspectiva da intensidade e ritmo da velocidade de rotação do capital, mas o espaço também é dinheiro na perspectiva da magnitude das relações sociais que transacionam valores.

Nesta perspectiva, na nossa interpretação sobre a reprodução do capital por meio desta pesquisa, o espaço tem um papel de destaque, uma vez que nem sempre lhe deram a relevância que de fato ele sempre ocupou no processo de reprodução do capital, pois sempre a sua relevância lhe foi negada ou diminuída no processo de interpretação. Marx dá relevo ao tempo na interpretação do movimento de capital: “O movimento de capital que passa pela esfera da produção e pelas duas fases da esfera de circulação desenvolve-se dentro de uma seqüência temporal. O tempo de sua permanência no âmbito da produção constitui seu tempo de produção; da

duração no âmbito da circulação constitui seu tempo de circulação. O tempo total para a realização do ciclo inteiro é, pois, igual à soma do tempo de produção mais o de circulação”. (...) “O ciclo do capital considerado não como processo isolado, mas como processo periódico, constitui seu tempo de rotação. A duração dessa rotação é dada pela soma de seu tempo de produção mais o de sua circulação. Essa soma de tempos constitui o tempo de rotação do capital”.¹⁵

O tempo de rotação não deve ser pensado imbricado somente à circulação da produção, pois, hoje o capital se reproduz por meio de um movimento espiral fictício e por meio de um movimento espiral especulativo, o tempo de rotação do capital deve ser repensado no movimento espiral de reprodução do capital. Ao mesmo tempo pela importância que a magnitude das relações sociais que transacionam valores tomou no momento atual da mundialização da economia e da grande concentração e centralização de capital. Por meio da unificação do espaço, a magnitude das relações sociais também deve ser considerada na sua imbricação com o tempo de rotação do capital.

Outro fato relevante a ser considerado nesta interpretação do território financeiro mundial é o papel do Estado, na sua liberalização e desregulamentação dos movimentos de capitais a partir da década de setenta. Esta liberalização e desregulamentação por parte dos Estados permitiram muitas mudanças no movimento de reprodução do capital, permitiu a securitização da dívida pública, crescimento rápido dos ativos dos fundos de pensão e dos fundos mútuos, crescimento do mercado de derivativos (futuros e de opções) sobre moedas e as taxas de juros, incorporação dos “mercados emergentes” do terceiro mundo. Esta liberalização e desregulamentação por parte dos Estados geraram uma “aparente” desorganização e descontrole das finanças mundiais, parece que o afrouxamento das regras de intermediação de capital ocioso e seus novos meios de reprodução lhe trouxeram um fato de dependência em relação ao capital privado e um “aparente” descontrole em relação ao movimento de capital. Entretanto, se olharmos o processo como um todo, é fato que houve maior dependência dos Estados em relação ao capital privado intermediado pelos conglomerados financeiros, mas o “aparente” descontrole do capital intermediado pelos conglomerados financeiros, somente se verifica por parte dos Estados, pois diante deste “aparente descontrole e desorganização” os conglomerados financeiros investem maciçamente no uso e difusão das tecnologias informacionais e em tecnologias organizacionais que estabelecem um esquema relacional de poder que lhes garantem o controle e a organização que será o diferencial de rentabilidade nos seus negócios. Quanto maior o conglomerado financeiro, maior a possibilidade de criar e desenvolver novas tecnologias organizacionais e um esquema relacional de poder que lhe garantirão maior rentabilidade. Numa realidade de “aparente” descontrole e desorganização, aquele conglomerado financeiro que desenvolver a melhor tecnologia organizacional e esquema relacional de poder poderá lhe garantir o diferencial de rentabilidade. Isto justifica porque interpretamos como um “aparente” descontrole e desorganização do movimento espiral especulativo, pois somente é “aparente” no que se refere ao poder dos Estados. Com relação aos Estados ainda é preciso ser ressaltado que este poder não é nulo, apenas está diminuído diante do poder alcançado pelos conglomerados financeiros privados na atualidade.

A Tecnologia Organizacional Proporciona a Previsibilidade nas Transações de Valores

Ao descrevermos a territorialidade e interpretarmos a gênese e a territorialização do território nacional de alcance internacional dos conglomerados financeiros, particularmente os do Brasil, no final do século XX e início do século XXI, estamos contribuindo para revelar a reprodução do capital financeiro dos conglomerados financeiros e sua afirmação como capital especulativo porque acreditamos que ele seja condição, meio e produto de uma nova relação espaço e tempo num contexto tanto da transgressão do capital financeiro, o qual o transforma cada vez mais em capital especulativo, quanto da nova base do território dos conglomerados financeiros, a qual o faz transitarem cada vez mais por um território mundial.

Com relação às condições gerais de nova relação espaço e tempo num contexto da transgressão do movimento espiral de reprodução do capital financeiro na sua face especulativa acreditamos que surjam da demanda e da oferta de dinheiro ou são provindas de um preço de monopólio, que por sua vez advêm da simultaneidade dos processos de concentração e centralização de capital num contexto da transição do regime de acumulação fordista-taylorista para o regime de acumulação flexível que faz com que, por um lado, o capital financeiro não somente intermedeie a reprodução da espiral do capital produtivo, mas se torne um agente direto desta

¹⁵ MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política, 2 ed., Tradução Reginaldo Santana, RJ: Civilização Brasileira, 1971, Vol II, p. 124.

reprodução, ou seja, compre ações ou papéis que representam a propriedade jurídica de poucas e grandes empresas de diversos setores da economia e diferentes negócios bancários e não bancários. Por outro lado, faz com que o capital financeiro passe não somente a intermediar os ativos das contas públicas, mas, também, passe a intermediar o passivo das contas públicas, ou seja, o endividamento do Estado nas suas diversas instituições de governo, o que torna os fundos públicos do Estado cada vez mais imbricado ao capital financeiro. Neste contexto verificamos que na fase de reprodução do movimento espiral de reprodução do capital especulativo está havendo um processo simultâneo e contraditório de imbricamento e descolamento de capital. Por um lado, na medida em que a reprodução da espiral do capital industrial foi se imbricando na reprodução da espiral do capital bancário e, conseqüentemente, formando a reprodução da espiral do capital financeiro, ela foi se descolando dele e se transformando em reprodução da espiral do capital especulativo. Por outro lado, na medida em que a reprodução desta espiral do capital financeiro também foi se imbricando na intermediação e na financeirização dos ativos e passivos dos fundos públicos do Estado, nas suas diversas instituições de governo, estes fundos públicos do Estado foram se descolando do capital financeiro e se transformando em reprodução da espiral do capital especulativo. Com relação à difusão territorial mundial do capital acreditamos que as condições gerais da reprodução do capital financeiro estão na difusão territorial dos bancos comerciais, motores centrais dos conglomerados financeiros, de um território de atuação local-regional para nacional, com alcance internacional. Por exemplo, atualmente os conglomerados financeiros no Brasil estão se metamorfoseando de um alcance internacional para um alcance mundial, imbricando-se no contexto da mundialização financeira, que por sua vez faz surgir conglomerados financeiros que atuam num território mundial.

Com relação aos meios particulares de nova relação espaço e tempo num contexto da transgressão do movimento espiral de reprodução do capital financeiro da sua face especulativa acreditamos que eles surjam da incorporação diferenciada da tecnologia e difusão informacional e da tecnologia e esquema relacional de poder por parte dos conglomerados financeiros. Diante desta realidade da espiral de reprodução do capital especulativo, por um lado, a tecnologia e a difusão informacional tornaram-se fundamentais para responder o aumento da magnitude das transações de valores e da velocidade de rotação da transação de valores. Por outro lado, a tecnologia e a esquema relacional de poder tornaram-se fundamentais para responder a previsão e antecipação da imprevisibilidade das transações de valores.

No entanto, na última década do século XX e primeira década do século XXI, essa difusão informacional vem atingindo seu limite como diferencial neste processo da espiral de reprodução do capital especulativo, pois um *hardware* e um *software*, que ampliam a capilaridade e maximizam a instantaneidade das transações de valores estão ao alcance de todos os agentes especuladores de símbolos de valores, tornaram-se comum a todos os jogadores. O que impera e vem se tornando o diferencial neste processo da espiral de reprodução do capital especulativo são a previsão e antecipação da imprevisibilidade. Precisamente, a capacidade dos agentes especuladores construírem um esquema relacional de poder, ou seja, uma rede de relações entre as instituições financeiras, pessoas físicas, pessoas jurídicas, o Estado nas suas diversas instituições de governo, que são capazes de criar os meios para preverem e anteciparem as estratégias e ações das transações dos símbolos de valores. Neste contexto, o diferencial para a espiral de reprodução do capital dos conglomerados financeiros está deixando de ser a incorporação da tecnologia e a difusão informacional que respondeu à reestruturação informacional. Nem por isso estamos negando a relevância que elas tiveram e têm neste processo de reprodução do capital dos conglomerados financeiros, mas estamos apenas afirmando que elas vêm atingindo um limite na atualidade. Desse modo, acreditamos que diferença se situe na incorporação da tecnologia e esquema relacional de poder, que responde a uma reestruturação organizacional. Em outras palavras, isso não significa negar a relevância que ocupou, e ainda ocupa a incorporação da tecnologia e a difusão informacional na reestruturação informacional e, nem mesmo dizer que o esquema relacional de poder não existia anteriormente, mas afirmar o relevo que vem tomando na atualidade o esquema relacional de poder na reestruturação organizacional da espiral de reprodução do capital em geral, em grande parte relacionada à espiral de reprodução do capital especulativo.

Nesta perspectiva, estamos afirmando que os conglomerados financeiros ao construírem no interior do seu território um esquema relacional de poder, com representantes legais ou ilegais no interior dessa rede de relações entre pessoas físicas, pessoas jurídicas, o Estado nas suas diversas instituições de governos, têm os meios fundamentais para suas estratégias e ações de previsibilidade diante de uma realidade de ampliação da difusão territorial mundial e instantânea do capital que torna cada vez mais imprevisível as transações dos símbolos de valores do capital. O cassino global de símbolos de valores tornou-se um jogo de transação de símbolos de valores de difusão territorial mundial e instantânea do capital de alta imprevisibilidade, onde poucos são os jogadores e os conglomerados financeiros vêm constituindo-se nos seus principais agentes

especuladores, os quais estabelecem estratégias e ações por meio do esquema relacional de poder como meio de se diferenciarem uns dos outros e, conseqüentemente, prever e antecipar as estratégias e ações do movimento espiral de reprodução do capital especulativo.

A propriedade se desprende de toda relação com a produção, com o valor de uso. A única e essencial relação é que o proprietário precisa antecipar o lucro ou prejuízo da produção. Para isto implanta uma eficiente tecnologia organizacional, a qual lhe dará as bases para jogar no cassino global. Tecnologia organizacional é o meio de desvendar o mito da reprodução do dinheiro, analogicamente como o mito de Prometeu. “Na bolsa, a propriedade capitalista aparece em forma pura como título de rendimento no qual se transformou inadvertidamente a relação de exploração, a apropriação do mais-trabalho. A propriedade deixa de expressar qualquer relação de determinada produção e se converte num título de rendimento totalmente independente de qualquer atividade. A propriedade se desprende de toda relação com a produção com o valor de uso. O valor de toda propriedade aparece determinado pelo valor do rendimento, uma relação puramente quantitativa. O número é tudo, o objeto. Somente o número é importante, e, como o real não é nenhum número, a concatenação é mais mística do que a crença dos pitagóricos. Toda propriedade é capital e não-propriedades; as dívidas também são, como todo empréstimo público, capital, e todos capitais são iguais e se encarna em pedaços de papel impressos, que na bolsa sobem e baixam. A verdadeira formação do valor é um processo que permanece totalmente oculto à esfera dos proprietários e que determina sua propriedade de forma completamente enigmática.”¹⁶. Como podemos observar a descrição, feita a cem anos, de Rudolf Hilferding sobre o sistema financeiro pode expressar com muita propriedade a realidade da supremacia do sistema financeiro na atualidade.

Em outras palavras, este capital especulativo compõe de investimentos que não se assentam na produção material, ou seja, são investimentos constituídos em ações de empresas ou títulos e derivativos referenciados em contas públicas. No primeiro caso, sua rentabilidade está assentada nas taxas de juros e lucratividade ou prejuízo das empresas. No segundo caso sua rentabilidade está assentada nas taxas de juros. No caso das ações das empresas como na ordem atual do capitalismo as taxas de juros são mais previsíveis ao menos no curto e médio prazo, o diferencial da rentabilidade dessas ações está na antecipação da lucratividade ou prejuízo das empresas. No caso dos títulos e derivativos referenciados nas contas públicas as taxas de juros variam de acordo com a maior ou menor vulnerabilidade de conversão dos papéis. Só que há um complicador neste contexto, pois esta vulnerabilidade é medida por agências de classificação de risco internacional, as quais na maioria das vezes fazem avaliações compostas por considerações subjetivas, que nem sempre levam em consideração as reais posições das contas públicas. No entanto, cada vez mais seus aconselhamentos são requeridos por investidores globais, fazendo com que elas constituam um poder quase absoluto de decisão de onde e quando devem ser alocados os investimentos, e particularmente, deixam os títulos e papéis dos chamados países emergentes, que são avaliados com maior risco de conversão, muito dependentes das suas avaliações subjetivas.

Neste contexto é que a tecnologia organizacional e o esquema relacional de poder específica de cada conglomerado financeiro especulativo permitirão prever e antecipar a avaliação da rentabilidade das ações de empresas seja, prevendo e antecipando o prejuízo ou o lucro no caso de uma empresa, ou prevendo e antecipando a vulnerabilidade de conversão dos papéis no caso dos títulos ou derivativos referenciados em contas públicas, pois para o capital financeiro fictício ou especulativo obter maior rentabilidade dos investimentos não lhe interessa saber se as empresas ou contas públicas estejam realmente positivas, o que lhes interessa é prever e antecipar a avaliação dos passos seguintes das empresas ou das contas públicas. Só que esta avaliação na maioria das vezes têm um alto grau de subjetividade diante da complexidade que está constituído os conglomerados financeiros.

A relevância da tecnologia organizacional e do esquema relacional de poder dos conglomerados financeiros neste momento atual, que sobrepõe a relevância que outrora ocupou as tecnologias informacionais, está no fato de dar um pouco mais de objetividade nestas avaliações subjetivas que envolvem a especulação financeira, seja para prever e antecipar o prejuízo ou o lucro das empresas, ou para prever e antecipar a vulnerabilidade de conversão dos papéis, conseqüentemente comprar ou vender esses papéis na alta ou na baixa de suas cotações e obter o máximo possível de rentabilidade. Neste contexto, os conglomerados financeiros com a tecnologia organizacional e o esquema relacional de poder mais desenvolvida são os que conseguem maior maximização da rentabilidade dos seus investimentos e, conseqüentemente, maior

¹⁶ HILFERDING, Rudolf *O Capital Financeiro*. Introdução de Tom Bottomore, Tradução de Reinaldo Mestrinel Tradução da Introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp.151-152.

acumulação de capital financeiro especulativo. Dessa maneira, eles podem reinvestir continua e renovadamente este capital.

Prática Didático-Pedagógica do Tema Indústria e Financeiro

Esta pesquisa além de abordar a produção de conhecimento sobre o tema indústria na sua relação com o financeiro no interior do campo disciplinar da Geografia, também procurou analisar como este tema e tratado no material didático-pedagógico. Igualmente como acontece na produção de conhecimento verificamos que este material didático-pedagógico também privilegia a abordagem de economistas, secundados por historiadores e sociólogos. Portanto, por um lado, identificamos que os geógrafos são minoria dentre a bibliografia abordada nessas práticas didático-pedagógicas. Por outro lado, verificamos que o descompasso é maior quando analisamos um livro didático. Por exemplo, muitos livros didáticos quando abordam a questão do processo de desconcentração da indústria do Estado de São Paulo, ainda fazem referência a uma interpretação da economia que considera o processo como descentralização industrial. Esta abordagem da desconcentração industrial e da reestruturação urbano-industrial paulista vem sendo tratada pela geógrafa Sandra Lencioni desde a sua tese de doutorado em 1991. Esta autora coloca em discussão o conceito de descentralização, afirmando que muito da dispersão industrial está vinculado a processos de centralização do capital, pois esta realocação industrial expressa a expansão do aglomerado metropolitano, que redefine a primazia da capital, não como a capital do capital, no sentido da produção, mas, sobretudo, como a capital da gestão. As análises recentes apontam para uma cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo que separam o lugar da produção da gestão. No caso do sistema financeiro a questão se torna ainda mais grave, pois na maioria das vezes o tema é inexistente, ou quando é inserido, é abordado de maneira superficial e referenciado a partir de uma abordagem estritamente econômica.

No entanto, como já apontamos anteriormente, constatamos que esta abordagem econômica ao privilegiar o ciclo (tempo) de produção e o de circulação em detrimento da magnitude (espaço) unificada do capital contribui para uma análise parcial das condições de reprodução das relações de produção. Ao considerar as questões espaciais na análise da reprodução do mercado de capital estamos colaborando para uma análise mais reveladora das condições gerais e dos meios que contribuem para o desenvolvimento sócio-espacial desigual da produção.

Considerações Finais

Nesta perspectiva, procuramos mostrar que as condições essenciais da constituição do território dos conglomerados financeiros estão na intensificação e qualificação dos processos simultâneos de concentração e centralização de capital que respondem a transição do regime de acumulação taylorista-fordista para o regime de acumulação flexível. Os meios estão no âmago da difusão informacional que responde a reestruturação informacional e no esquema relacional de poder que responde à reestruturação organizacional. Essas condições e esses meios estabelecem dialeticamente as estratégias e as ações combinadas e recombinadas entre o poder das instituições financeiras, das pessoas físicas, das pessoas jurídicas, do Estado nas suas diversas instituições de governo, além da própria dinâmica dos territórios, que constituem o produto, o território dos conglomerados financeiros que perpassa de uma difusão territorial nacional e alcança o internacional num contexto de mundialização financeira, que por sua vez produz um território mundial de conglomerados financeiros que interferem decisivamente na formação sócio-espacial mundial.

Construímos um entendimento de que tanto a produção de conhecimento quanto a prática didático-pedagógica no campo disciplinar da Geografia devem considerar às interpretações que dão relevo aos aspectos espaciais, porque tempo é dinheiro, mas o espaço também o é, não somente no sentido da compressão do tempo de rotação do capital, ou seja, pela compressão da intensidade e ritmo da velocidade de rotação do capital, mas também pela magnitude de capital que está contida neste espaço. Deve também considerar que o que impera e vem se tornando o diferencial neste processo da espiral de reprodução do capital especulativo são a previsão e antecipação da imprevisibilidade. Precisamente, a capacidade dos agentes especuladores construir por meio de uma tecnologia organizacional um esquema relacional de poder, ou seja, uma rede de relações entre as instituições financeiras, pessoas físicas, pessoas jurídicas, o Estado nas suas diversas instituições de governo, que são capazes de criar os meios para preverem e anteciparem as estratégias e ações dos agentes que transacionam os símbolos de valores.

BIBLIOGRAFIA

- BOTTOMORE, Tom *Introdução do O Capital Financeiro* de Rudolf Hilferding, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- CASTELLS, M. “High technology, economic restructuring and the urban-regional process in the United States”. In CASTELLS, M. (ed.) *High technology, space and society*. Beverly Hills, CA, Sage, 1985.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Tradução: Roneide Venâncio Majer, v. 1, 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____ *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- FEAGIN, J. & SMITH, M. “Cities and the new international division of labor”. In SMITH, M. & FEAGIN, J. (eds.) *The capitalist city*. Oxford, Basil Blackwell, 1987.
- GITMAN, L. J. *Princípios de Administração Financeira*, 7ª ed., São Paulo: Ed. HARBRA Ltda., 1997.
- GOMES, M. F. A Territorialidade do Bradesco – de pequeno banco caipira a maior banco privado de varejo. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Depto. Geografia, FFLCH-USP, 2000.
- _____ A Territorialidade dos Conglomerados Financeiros no Brasil. Tese de Doutorado, São Paulo: Depto. Geografia, FFLCH-USP, 2005.
- GOTTIDIENER, M. “A Teoria da Crise e a Reestruturação Sócio-Espacial: o Caso dos Estados Unidos. In VALADARES, L. e PRETECEILLE, E. (coord.) *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1991, p. 59-78.
- HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1980.
- _____ *Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5 ed., São Paulo: Loyola, 1992.
- HILFERDING, Rudolf *O Capital Financeiro*. Introdução de Tom Bottomore, Tradução de Reinaldo Mestrinel Tradução da Introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KEYNES, J. M. *Teoria Geral, do Emprego, do Juro e da Moeda*. Tradução Mario Ribeiro da Cruz, São Paulo: Atlas, 2000
- LEBORGNE, D. & LIPIETZ, A. “News technologies, new modes of regulation: Some spatial implications”. Paris, Cepremap, working paper, 1987. Sobre o assunto ver também: LIPIETZ, A. e LEBORGNE, D., “O pós-fordismo e seu espaço”. Trad. Regina Sílvia Pacheco, IN: Espaço & Debate 25. *Reestruturação: econômica e território*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano VIII, 1988.
- LENCIONI, S. *Reestruturação Urbano-Industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo – A Indústria Têxtil*. Tese de Doutorado. São Paulo: Depto. De Geografia da FFLCH-USP, 1991.
- LÊNIN, V. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3 ed., São Paulo: Centauro, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*, 2 ed., Tradução Reginaldo Santana, RJ: Civilização Brasileira, 1971.